

S  
UFRJ/IEI  
TD118

de Federal do Rio de Janeiro

043977-0

# INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 118

VALOR, EXCEDENTE E MOEDA

Carlo Benetti

Maio/1987



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

VALOR, EXCEDENTE E MOEDA\*

Carlo Benetti\*\*

Maio/1987



43 - 016320

---

(\*) Palestra proferida no IEI/UFRJ em 16/12/86. Tradução: Renata Pimentel Lins. Revisão Técnica: Franklin Serrano.

(\*\*) Professor da Universidade de Paris X.



FEA-UFRJ  
BIBLIOTECA  
Data: 4 / 7 / 88  
N.º Registro: Fe 924/88  
043977-0  
NS 98337

S  
UFRJ/IEI  
TD 118

FICHA CATALOGRÁFICA

Benetti, Carlo  
Valor, excedente e moeda.  
--Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Economia Industrial, 1986.  
19p.-- (Texto para Discussão; n.118)

Vamos tratar aqui alguns pontos de teoria econômica. Para que sejam compreendidos, é necessário que seja especificado qual é o objeto fundamental da ciência econômica, ou seja, o conceito de economia mercantil: mais precisamente, o estudo de um tipo particular de relação social, as relações que assumem uma forma quantitativa. Existem vários tipos de relações sociais. A economia política trata somente de uma parte destas relações: as que se expressam por quantidades. Isto é um ponto importante, pois exclui da ciência econômica todos os outros tipos de relações; estes, apesar da sua relevância, não podem ser estudados com os instrumentos da economia política.

Qual é o problema essencial abordado pela teoria econômica? Este pode ser apresentado de forma axiomática, mas é preferível analisá-lo de forma histórica, começando pelo projeto científico que se formou no século XVIII. Diz-se comumente que a ciência econômica nasceu em meados do século XVIII; é uma afirmação muito imprecisa. O que quer dizer o nascimento de uma ciência? Parece-me que o que apareceu nesse momento foi o projeto científico da teoria econômica. Este projeto ainda é atual.

O nascimento da teoria econômica não é a adoção de um método específico, nem uma série de proposições positivas. É a formação de um projeto que ainda não está concluído. A teoria econômica contemporânea não é um edifício cujas bases são sólidas, onde só faltaria construir os andares superiores.

res. Hoje, os problemas mais importantes desta ciência não se encontram nos andares elevados, mas nas próprias bases. Por isto, o projeto do século XVIII permanece absolutamente atual.

Vejamos em que consiste este projeto. Podem-se distinguir de forma analítica três aspectos — que são, na verdade, três pontos de vista para examinar uma única questão. Estes três pontos de vista são:

- 1) O valor de troca;
- 2) O enriquecimento e o excedente;
- 3) A moeda.

Farei algumas observações sobre cada um destes pontos.

Sobre os preços e o valor de troca: qual é o projeto sobre o qual se constituiu a ciência econômica? Para compreender-lo melhor é necessário partir da filosofia política dos séculos XVII e XVIII na Europa, mas precisamente da filosofia de Hobbes, Locke e Rousseau. Qual era o problema para estes filósofos? Era a origem e a legitimidade do poder. Nos séculos anteriores, o poder era o poder do soberano, do príncipe, que era legítimo por que de origem divina. Todo o trabalho destes filósofos consistiu em mostrar que o poder do soberano tem uma origem popular, ou seja, que a origem e a legitimidade do poder do príncipe vêm do povo e não de Deus.

Que método é que eles usam para mostrá-lo? É o método dedutivo, isto é: Constrói-se um estado fictício, que é chamado estado natural. Este estado não existe, não é um estado histórico: é uma abstração. O estado natural é um estado no qual os homens vivem sem instituições sociais. É portanto um grupo de homens sem instituições sociais. Não se trata do homem isolado, de Robinson Crusoe. Trata-se de grupos, sem instituições sociais. Mostra-se que tal estado é contrário à natureza humana; apresenta inconvenientes. Estes inconvenientes diferem segundo os filósofos, mas todos concordam que existem. A fim de eliminar estes inconvenientes, os homens instituem a sociedade através de um contrato: o contrato social. A sociedade não é mais do que o remédio para os inconvenientes do estado natural. Os homens fazem um contrato social e instituem um poder. Eis a origem do poder político. A teoria deste poder é diferente para cada um dos filósofos, mas o método é sempre o mesmo.

Vou relembrar em duas palavras uma doutrina muito importante para a compreensão do projeto científico em economia política: a doutrina de Hobbes. O estado natural de Hobbes é um estado de guerra. Os homens são egoístas, diz Hobbes; querem enriquecer, e por isso guerreiam. Nessas condições, o estado natural é hostil ao homem, pois além de impedir qualquer atividade econômica, é um estado de perigo permanente para a vida e a propriedade. Para suprimir estes inconvenientes, os homens entram em acordo e fazem um contrato. Com este contrato, instituem o Estado, ao qual alienam

sua liberdade. O Estado garante a vida e a atividade de cada um no seio da sociedade. A idéia essencial desta filosofia é que o Estado, ou o poder político, é a condição essencial da sociedade civil. Não há sociedade possível sem Estado.

A economia política coloca-se em total oposição a esta idéia. Aceita-se a mesma hipótese, segundo a qual os homens são fundamentalmente egoístas; os aspectos não-sociais do indivíduo são os que importam. Cada um tenta enriquecer. Mas segundo a economia política, o melhor meio de enriquecer não é através das guerras — o melhor meio de enriquecer é a troca. Cria-se então, dentro de um grupo de homens egoístas, um estado de interdependência — não um estado de conflito permanente. Meu enriquecimento dependerá das trocas que posso realizar. As trocas são acompanhadas da divisão do trabalho, que tem como consequência o aumento do excedente tanto individual como coletivo. Isto faz com que a coerência social não tenha mais como condição a criação de um poder político: a coerência social passa a ser o produto espontâneo das ações dos indivíduos independentes que tentam enriquecer.

Aqui está a base do liberalismo, isto é, da economia política: a sociedade civil repousa sobre si própria, e não sobre o Estado. O papel do Estado é um papel de acompanhamento: deve essencialmente favorecer as instituições que tornam as trocas mais fáceis. A sociedade civil não tem como condição o Estado, pois na esfera econômica ela constitui-se

de maneira perfeitamente autônoma. Esta afirmação exige uma demonstração, que é a teoria do valor de troca.

Esta teoria do valor de troca deve mostrar como planos individuais de compra e venda, elaborados independentemente, tornam-se mutuamente compatíveis. De que maneira é possível que numa sociedade de produtores privados, na qual as decisões são tomadas em função de indicações fornecidas pelo mercado, o sistema inteiro não exploda no caos? Não é nem um pouco óbvio. A teoria dos preços (valores de troca) tem como objetivo a demonstração deste ponto. É portanto necessário demonstrar, em primeiro lugar, que nas condições iniciais dadas, existe um vetor-preço tal que todos os planos individuais são compatíveis. Esta demonstração pode ser encontrada em todas as escolas. A escola clássica chama-os de preços naturais. Marx chama-os preços de produção. A característica destes preços é a uniformidade da taxa de lucro; diremos portanto que os planos de todos os produtores são compatíveis quando asseguram a mesma taxa de lucro em todos os setores. Na teoria neoclássica do equilíbrio geral, os preços são preços de equilíbrio — que asseguram a compatibilidade dos planos — quando a oferta agregada é igual à demanda agregada: é o estado de equilíbrio geral. As análises são diferentes, mas o problema tratado é o mesmo.

O primeiro ponto é, então, a existência deste vetor-preço. Há um segundo problema: é necessário também demonstrar que este vetor-preço é obtido como resultado de ações interdependentes dos agentes, sendo cada ação decidida

de forma individual, ou seja, é necessário mostrar que o vetor-preço que assegura a compatibilidade dos planos é obtido por um processo descentralizado: a concorrência. Trata-se na realidade de demonstrar que este vetor não é o resultado de uma imposição da autoridade central.

Será encontrado em todas as escolas de economia o estudo deste problema, que será chamado "gravitação" nos clássicos — é a gravitação dos preços de mercado em torno do preço natural (a teoria da gravitação é a mesma coisa que a teoria da concorrência), e será chamada teoria da estabilidade do equilíbrio geral, o estudo dos processos que levam ao equilíbrio — é a teoria da concorrência vistas pelos neoclássicos.

Pode-se dizer portanto que a economia política é necessariamente liberal. Foi a partir da idéia central do liberalismo — segundo a qual o poder político não é necessário para que seja mantida a coesão social — e de sua consequência imediata, isto é, que qualquer intervenção do Estado na economia perturbará a coesão social obtida espontaneamente, que a economia política tornou-se uma ciência autônoma com relação à ciência política e à moral. Pode-se argumentar que a economia política não é somente isso; pode-se dizer, por exemplo, que ela fornece critérios de alocação centralizada dos recursos. Mas é uma idéia que se baseia unicamente nos resultados obtidos pela teoria liberal da troca. O fundamental é a pergunta: mercados que funcionam sem interven-

ção asseguram a coerência social? Os liberais respondem que sim, e é por isso que criticaram os monopólios, as corporações, os sindicatos, os impostos indiretos, os direitos alfandegários, etc. Existe um liberalismo em Keynes, neste sentido, pois segundo Keynes os mecanismos econômicos asseguram espontaneamente a boa alocação dos recursos. O Estado não deve intervir. É possível que o nível de produção não seja suficiente para garantir o pleno emprego, mas os recursos estão distribuídos da melhor forma possível. Neste caso, diz Keynes, faz-se necessária uma intervenção do Estado. É, no entanto, uma intervenção muito particular: Keynes pensava que o Estado podia intervir e modificar o nível de emprego, sem perturbar a alocação de recursos definida no mercado. A intervenção do Estado devia ser pontual, só existindo caso o desemprego não fosse resolvido pela atuação do mercado. Até para Keynes, portanto, devia-se deixar o mercado definir a alocação dos recursos. Este liberalismo não é surpreendente, na medida em que todo o projeto de Keynes visa evitar a economia planificada, o que quer dizer deixar ao mercado o essencial da função de regulação do mecanismo econômico. O Estado deve evitar que os conflitos sociais se tornem insuportáveis, a ponto de ameaçar a economia de mercado. A teoria de Keynes é uma teoria contra a planificação central; tem, portanto, um liberalismo evidente.

Vejamos agora a posição de Marx a este respeito. O que quer dizer o liberalismo em Marx? Segundo Marx, a economia política é fundamentalmente liberal; ela demonstrou que

através do mercado a sociedade realiza o crescimento máximo das forças produtivas. E foi o mercado que tornou possível a destruição dos laços feudais. Frequentemente, a teoria de Marx é apresentada de uma forma que dá a impressão que as crises da sociedade capitalista são uma prova da impossibilidade de seu funcionamento. Isto é um equívoco; Marx não pensa que a sociedade capitalista não funciona. Funciona muito bem, e tem até uma missão histórica: desenvolvimento das forças produtivas. O que Marx diz é que uma vez o mercado tendo permitido a elevação máxima das forças produtivas, as contradições crescem cada vez mais e outras relações de produção serão criadas: o socialismo ou o comunismo. Não se pode no entanto compreender Marx negligenciando o papel positivo que ele atribui ao mercado; de outra forma, o comunismo não seria diferente da sociedade patriarcal. A diferença é justamente que o comunismo é uma modificação das relações de produção que permitiram o crescimento das forças produtivas. Devem ser portanto atribuídos ao mercado resultados positivos, independentemente do Estado.

Assim, qualquer que seja a teoria analisada, a idéia fundamental permanece a mesma: as relações de interdependência do mercado asseguram a coesão social — e, para Marx, uma taxa de crescimento máxima — que não depende do poder político. Se esta questão for estudada com enfoque estatístico, é a teoria dos preços.

É importante não esquecer que em Marx existe esta

idéia de um mecanismo de concorrência pelo qual se faz a coesão social, a coesão dos capitalistas. Para ele, a teoria da concorrência é fundamental, pois é a concorrência que é a maneira de ser do capital. Não existe capital sem concorrência. Eis porque a teoria da concorrência aparece no fim da obra de Marx, depois de terem sido tratados todos os conceitos. No plano crítico. Marx diz que é a concorrência que está na origem das ilusões. Por exemplo, a ilusão de que o preço é uma soma de rendas: o custo de produção e o lucro dão o preço total. É uma ilusão, mas não um erro: é a maneira como se apresentam as coisas num sistema concorrencial. A ciência da concorrência deve também mostrar que esta idéia é uma ilusão — e a partir daí fazer a crítica da economia vulgar. Marx demonstra esta ilusão por meio de uma teoria que ele chama de científica, opondo-a à economia vulgar. As outras ilusões que Marx analisa são a relação empréstimo-juros e o fetichismo da mercadoria. Isto é a base de sua crítica à economia clássica e vulgar.

Por outras razões, a concorrência também será essencial para a teoria do equilíbrio geral e para a teoria dos preços naturais dos clássicos. Estes problemas formam portanto a própria base de uma teoria econômica.

Passemos agora ao segundo ponto, o enriquecimento e o excedente. Por meio das trocas, consegue-se um enriquecimento individual e também um enriquecimento coletivo. O enriquecimento individual é o ganho em valor de uso. É sobre



esta idéia que foi construída a teoria neoclássica do valor. O enriquecimento coletivo é outra coisa — trata-se de saber como se forma um excedente econômico sendo respeitadas as relações de equivalência na troca. Esta questão se encontra na escola clássica e também em Marx.

É importante que o problema seja colocado com precisão. Trata-se de explicar um excedente em valor, e não um excedente físico, ou seja, uma diferença quantitativa entre grandezas de valor, considerando que valor só existe sob forma de valor de troca e que o valor de troca é uma relação de equivalência. O problema é então explicar uma diferença de valor tendo como base relações de equivalência. Marx coloca muito claramente este procedimento<sup>(1)</sup>, isto é, como passar da teoria da equivalência, da mercadoria, ao excedente, ou seja, a algo que não é mais um equivalente.

O terceiro aspecto da economia política é a moeda. Sobre este ponto, existe uma diferença considerável entre a tradição dos economistas e Marx. Vejamos primeiro como é que todos os economistas, exceto Marx, encaram o problema. Para isto, faremos uma hipótese. Suponhamos que a teoria dos preços nos tenha mostrado que existe um sistema de preços de equilíbrio e que este sistema é obtido pela concorrência. Será que é o suficiente para afirmar que a coesão social está garantida? Não, não é. Mesmo que tenhamos os preços de equilíbrio, um problema se colocará a nível das transações. Se considerarmos uma sociedade onde os indivíduos trocam mer-

cadorias por mercadorias, pode-se demonstrar que podem se produzir situações tais que as trocas sejam impossíveis, pois o vendedor, por exemplo, de água mineral, que quer um isqueiro, pode não encontrar ninguém que venda isqueiros e queira água mineral. O que quer dizer que o escambo, direto ou indireto, está submetido à dupla coincidência de desejos e situações onde este requisito não é preenchido podem ocorrer. As trocas ficam então bloqueadas. A conclusão disto é que é necessário um meio de troca que seja reconhecido por todos.

É desta maneira que desde o século XVIII a moeda é justificada. A explicação básica dada por todos os economistas para a moeda é esta: se não existisse moeda, a troca teria inconvenientes. Estes inconvenientes existem em dois níveis. Primeiro, pode haver bloqueio do processo de transações; caso não houvesse, o outro inconveniente possível é a ocorrência do que é chamado hoje "Custos de Transação".

Retomando o exemplo precedente, para obter o isqueiro sou obrigado a trocar a água mineral por outra coisa, a esta outra coisa por uma terceira, continuando até conseguir o isqueiro. O escambo é portanto um meio de transação que implica em custos para os agentes. A moeda é necessária e estará presente em todas as relações de troca.

Mas se a moeda deve aparecer em todas as transações, o problema é: como é fixada a relação de troca entre a moeda e as mercadorias, ou, em outros termos, como se fixa o

valor de troca da moeda? Para compreender este problema, devemos voltar mais uma vez ao século XVIII. Qual era a doutrina vigente neste século? De forma esquemática; no começo do século XVIII, pensava-se que o valor de troca da moeda era fixado pelo Estado, pelo príncipe. Se esta idéia for aceita, todo o projeto de que falamos fica comprometido, pois uma engrenagem essencial da atividade econômica controlada pelo Estado, e por conseguinte a coerência social depende no final das contas do próprio príncipe. É este problema que vai explicar a componente monetária do projeto científico da economia política. O objetivo será então mostrar que o valor da moeda é independente do príncipe, e que a lei a que a moeda está submetida não é uma lei política, e sim uma lei econômica — um mecanismo que não depende de nenhuma vontade. Desde então, os economistas tentaram mostrar que a moeda está submetida às mesmas leis que as mercadorias. O autor mais importante sobre esta questão é Ferdinando Galaiani, um abade napolitano que em 1750 escreveu "A Moeda". Seu objetivo — e o dos economistas posteriores — era conceber a moeda, não mais como um objeto político, mas como um objeto econômico cujo valor depende de um mecanismo que não está submetido a nenhuma vontade — é isto que faz a diferença entre uma lei econômica e uma lei política, expressão de uma vontade. Por exemplo, o preço não depende de forma alguma da vontade do comprador ou do vendedor; o vendedor está em concorrência com todos os vendedores, e o comprador com todos os compradores. Além disso, os preços de objetos distintos devem manter uma relação definida, já que o preço é um componente de

um sistema, de um conjunto de relações. O que pretende na teoria monetária é fazer com que a moeda deixe de ser um objeto econômico e passe a ser um objeto político. Observemos o seguinte: já se falou muito da moeda-mercadoria, o ouro, por exemplo. Se os economistas falavam da moeda-mercadoria, não é por que o ouro é bonito, brilhante. É por que a idéia era a seguinte, no século XVIII, e até uma época recente: se a moeda for uma mercadoria, torna-se bem mais simples fazer com que seu valor dependa do mecanismo econômico. A história do padrão-ouro, ou melhor, de seu projeto, é exatamente essa.

Assim é que todos estes pontos estão ligados uns aos outros. Para fechar a questão da moeda, de que forma se apresenta ela atualmente? Vimos a origem do problema da moeda um objeto econômico; mas concretamente, como é que ele se coloca hoje?

O que tem que ficar bem claro é que o ponto de partida do raciocínio econômico é a relação entre o indivíduo e os bens. Esta relação pode ser tanto de produção como de consumo. Pouco importa. Temos duas teorias do valor diferentes: valor-trabalho ou valor-utilidade. Não é o essencial. O essencial é que parte-se de uma relação entre indivíduos e bens. Sob certas restrições, mostra-se como é determinado o valor relativo das mercadorias, ou, em termos claros, como é determinado o preço real. Para uns pela oferta e a demanda, para outros pelas relações de produção. A questão monetária é a seguinte: como integrar a moeda num circuito construído

sobre a relação entre indivíduos e bens sem considerar a moeda? Ou, em outras palavras, como determinar o valor de troca da moeda de forma não contraditória e compatível com as leis que determinam o valor de troca das mercadorias? Este problema se encontra tanto na teoria de Ricardo como na teoria do equilíbrio geral. Está também presente em Marx, mas Marx é bastante particular, o que, na nossa opinião, não nos autoriza a enquadrá-lo nesta categoria. (2)

Todas estas questões: preço, excedente, moeda, das quais vimos o sentido e a importância no cerne do projeto científico da economia política, são ainda hoje questões em aberto. Voltando à imagem do edifício, os problemas encontrados hoje estão nos próprios fundamentos, isto é, na teoria geral dos preços, do excedente e da moeda. Tomemos a teoria dos preços, e admitamos que existem dela duas versões: a teoria dos preços de produção dos clássicos e a teoria do equilíbrio geral neoclássica. Para a teoria clássica, a resposta à primeira pergunta — quanto à existência de um sistema de preços que assegure a coesão social, que os clássicos chamam sistema de preços naturais, onde a taxa de lucro de todos os produtos é a mesma — é positiva, pois a existência deste sistema de preços foi demonstrada por Sraffa (3). A segunda questão é a da concorrência — é necessário mostrar que este sistema de preços é obtido pela concorrência, e não pela planificação central. É bem sabido hoje que a teoria clássica da concorrência foi apenas esboçada.

Coloquemos agora estes mesmos problemas no contexto da teoria do equilíbrio geral. A existência de um preço de equilíbrio geral foi demonstrada por Arrow-Debreu, mas num modelo no qual é impossível introduzir a moeda. Além disso, a existência do equilíbrio geral é demonstrada com ajuda da suposição que todos os mercados intertemporais são abertos, o que quer dizer que podemos comprar hoje uma mercadoria que será entregue daqui a cinqüenta anos, por exemplo. O agente individual toma hoje decisões que se referem a um futuro absolutamente indefinido. São hipóteses muito fortes no que concerne à moeda e ao tempo. Mas a demonstração da existência deste equilíbrio foi, de qualquer forma, feita. O que a teoria neoclássica ainda não conseguiu é fornecer uma explicação sobre a maneira como são fixados estes preços pela ação do mercado concorrencial. Não se sabe porque mecanismo descentralizado se fixam os preços, no tocante aos preços reais (sem moeda).

Quanto ao excedente, há duas possibilidades: ou ele é considerado um dado tecnológico, como faz Sraffa, o que, evidentemente não responde a pergunta sobre como se forma um excedente em valor dentro das condições de equivalência, ou utiliza-se a teoria da mais-valia de Marx. (4) Enfim, no que se refere à moeda, a questão da integração da moeda na teoria do valor é, uma questão não resolvida, desde as tentativas de Fisher — o debate sobre a dicotomia, a tentativa de Patinkin que fracassou e os modelos atuais que mostram a dificuldade de introduzir a moeda na teoria dos preços.

Hoje a ciência econômica enfrenta, com instrumentos bem mais poderosos, é claro, problemas análogos aos que foram colocados dois séculos atrás. A história do pensamento econômico é algo muito ambíguo; não é como a história de outra ciência. O que quer dizer fazer uma história das teorias no âmbito de uma ciência específica? Quer dizer que estas teorias estão ultrapassadas. A história tem como objeto de estudo teorias que não são mais atuais. Ora, em economia não se pode fazer história. Existem várias razões para isto, mas a mais importante é, na minha opinião, que os problemas de dois séculos atrás ainda estão em aberto. Certas proposições de Smith e Ricardo podem estar superadas, mas são detalhes; o que importa é a atualidade dos problemas que eles levantaram, e estes não estão ultrapassados.

Eis porque a história do pensamento econômico — vista não como um catálogo de teorias anacrônicas, mas como algo essencialmente atual — é indispensável para a compreensão dos problemas teóricos tratados hoje, mesmo não sendo em nada histórica.

## NOTAS

- (1) Entretanto, a solução que ele propõe é, do meu ponto de vista, errônea (ver a este respeito C. BENETTI & J. CARTELIER, "O Capital como Extensão da Mercadoria : Uma Contradição da Economia Política", mimeo, IEI/UFRJ, 1987).
- (2) Ver C. BENETTI, "Economic Monétaire et Economie de Troc: La Question de L'unité de Compte Commune", Economie Appliqué, Tomo XXXVIII, 1985, Nº 1, e C. BENETTI "La Theorie de la Monnaie-Marchandise Chez Marx", mimeo, 1986.
- (3) Se bem que pessoalmente eu não acho que a teoria dos preços de Sraffa resolva a questão da existência de um sistema de preços naturais (ver C. BENETTI "La Theorie de la Demande Effective Chez R. TORRENS", Cahier d'Economie Politique, N. 12, 1986 e C. BENETTI e J. CARTELIER "Sraffa et la Tradition Classique", mimeo, 1985.
- (4) Minha tese pessoal é que a teoria da mais-valia de Marx não responde a questão que o próprio Marx formulou (ver nota (1)).

